

# ново pacto verde

## SUMÁRIO EXECUTIVO

**O presente documento é um resumo de natureza informativa e de divulgação do Novo Pacto Verde e respetivos anexos.**

O **Novo Pacto Verde** (NPV) apresentado pela Unidade de Missão (UM) para o NPV, criada pelo Despacho n.º 3926/2023, de 29 de março, reafirma o compromisso e a vontade de Portugal para enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante da Humanidade. Pretende-se que seja um plano de investimento ecologicamente responsável a médio-longo prazo, identificando-se os setores-chave e as soluções que permitem fazer face à emergência climática e ecológica.

Este inspira-se no vasto e rigoroso trabalho de peritos e instituições públicas e privadas, reafirmando e reforçando a ambição das estratégias e objetivos existentes. Neste sentido, reitera-se o agradecimento pelos valiosos contributos dos cidadãos, dos peritos e instituições nas diferentes fases de participação e consulta.

A Lei de Bases do Clima identificou a necessidade e consagrou a importância do desenvolvimento de novos instrumentos de política climática. Nesse sentido, os municípios e comunidades intermunicipais realizaram um vasto trabalho em matéria de adaptação às alterações climáticas, que vem agora inspirar e contribuir para o NPV.

Nesta Etapa 1 – Missões, a Unidade de Missão (UM) identificou o foco de intervenção; realizou o mapeamento e discussão com vista à seleção das grandes áreas temáticas relacionadas com a emergência climática e ecológica e consultou peritos relevantes nas diversas áreas. Foi testada uma metodologia de elaboração de políticas públicas, baseada em Missões caracterizada pela participação pública, construção de baixo para cima e criação de espaço para a inovação. Do processo resultou a definição de 6 (seis) missões e respetivos compromissos nas seguintes áreas: Educação e Cidadania Climática; Conservação da Natureza e Biodiversidade; Recursos Hídricos; Mobilidade; Transição Energética; Segurança e adaptação climática.

Até ao momento o NPV já envolveu 313 cidadãos e mais de 200 pessoas coletivas e foi citado em 127 notícias (nível nacional, regional e local), 136 peritos e 16 entidades na Unidade de Missão.

Na Etapa 2 – Financiamento e Consulta Pública, o NPV será submetido à apreciação das Regiões Autónomas; dos Grupos Parlamentares, da Concertação Social e proceder-se-á à consulta pública. Com a publicação em DRE do modelo de Governação do NPV poder-se-á dar início à implementação do Plano de Investimento Ecologicamente Responsável 2030/2050.

Por fim, Portugal poderá promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal, sem contribuir para a crise ecológica e climática.

# ÍNDICE

1. O QUE É O NOVO PACTO VERDE? .....	4
2. AS 6 MISSÕES DO NOVO PACTO VERDE .....	10
3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS DA UNIDADE DE MISSÃO .....	15

## 1. O QUE É O NOVO PACTO VERDE?

O **Novo Pacto Verde**, com base legal no Despacho n.º 3926/2023, de 29 de março, é, um plano nacional de investimento ecologicamente responsável a médio-longo prazo, que identifica de forma participativa os setores-chave e as soluções de base territorial que permitem fazer face à emergência climática e ecológica.

O Novo Pacto Verde é um plano:

### **Necessário de forma urgente para fazer frente ao impacto da crise climática em Portugal**

De acordo com dados recentes da [Agência Europeia do Ambiente](#), Portugal é o quinto país da União Europeia com mais mortes registadas e o sétimo com mais perdas económicas (13.461 milhões de euros) derivadas de eventos climáticos extremos nas últimas quatro décadas.

A necessidade de investimento ambiental para a transição climática justa e inclusiva é, pois, inegável e urgente.

### **Em sinergia com o Pacto Ecológico Europeu e demais estratégias ambientais nacionais**

O Novo Pacto Verde é um plano ambiental com uma visão sistémica e integrada com as demais orientações ambientais internacionais, europeias e nacionais.

Partindo da análise das orientações ambientais sectoriais em vigor o Novo Pacto Verde visa operacionalizar de forma concreta os objetivos ambientais anteriormente estabelecidos por via de ações e investimentos ambientais bem definidos.

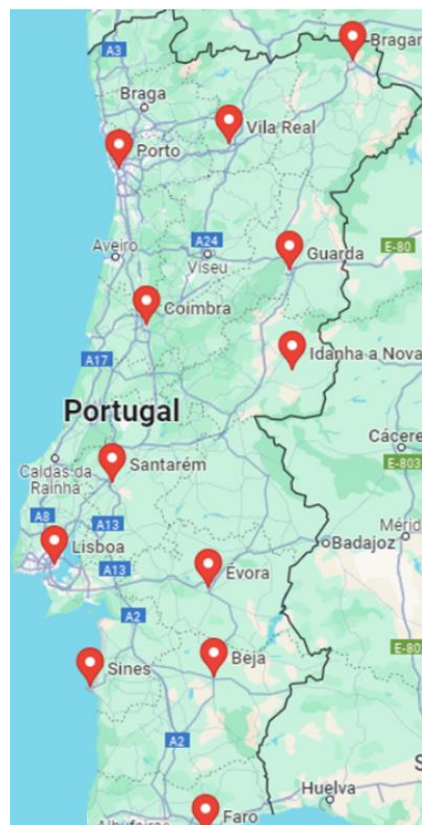
### **Baseado na rigorosa análise científica e sistémica dos dados do estado ambiental nacional**

O Novo Pacto Verde assenta na identificação das áreas prioritárias de investimento ambiental que permitem acelerar a transição verde e justa do país. Esta identificação resulta da análise sistémica, rigorosa e minuciosa dos dados ambientais atuais pela equipa interdisciplinar da Unidade de Missão para o Novo Pacto


Verde, bem como da Comunidade Científica nacional e Ministérios do Governo de Portugal consultados para o efeito.


### Co-construído pela sociedade portuguesa, de baixo para cima


O Novo Pacto Verde funda-se no reconhecimento de que cada região do país apresenta especificidades e necessidades de investimento ambiental próprias para poder efetuar uma transição verde e justa. Assim, a apresentação das medidas de investimento a realizar pelo Novo Pacto Verde resulta de um amplo processo participativo interdisciplinar e intergeracional, desenhado de baixo para cima, através da realização de sessões locais e auscultação via *online* junto dos atores locais de todas as 23 Comunidades Intermunicipais de Portugal Continental, envolvendo o Poder Local, a Academia, as Empresas, as Associações e os Cidadãos. Ao longo das 12 sessões de participação local (ver mapa ao lado), foi notória a perceção e reconhecimento da importância destes processos participados e realizados nos vários territórios, junto dos atores locais. A metodologia da sessão foi desenvolvida de forma a promover a participação e co-construção das Missões consoante o contexto, ouvindo e registando as preocupações, necessidades e aspirações das comunidades nos seus territórios. Foi notória a preocupação com temas ambientais prementes como a gestão dos territórios, a escassez de água, os desafios da transição energética ou a falta de mobilidade pública eficaz. As sessões foram bem acolhidas, contando com a presença de vários tipos de entidades que contribuíram com o seu enorme conhecimento e experiência, tendo este processo sido um exemplo de como as populações podem ser envolvidas na construção de políticas públicas.




Os Relatórios Finais das sessões territoriais podem ser consultados em <https://www.fundoambiental.pt/apoios-2023/adaptacao-as-alteracoes-climaticas/novo-pacto-verde.aspx>


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Alentejo Central.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Baixo Alentejo.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Beira Baixa.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Beiras e Serra da Estrela.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Cávado.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Douro.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Lezíria do Tejo.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Oeste.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Região Coimbra.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Viseu, Dão Lafões.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_AMLisboa.pdf](#)


 [Relatório Sessão Participação Pública\\_AMPorto.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Alentejo Litoral.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Algarve.pdf](#)

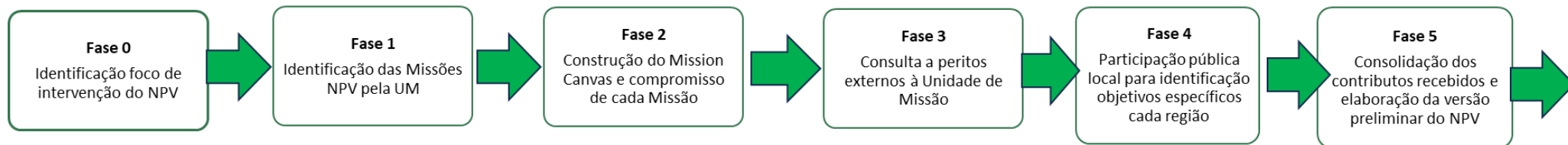
 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Médio Tejo.pdf](#)

 [Relatório Sessão Participação Pública\\_ CIM Terras Trás-os-Montes.pdf](#)

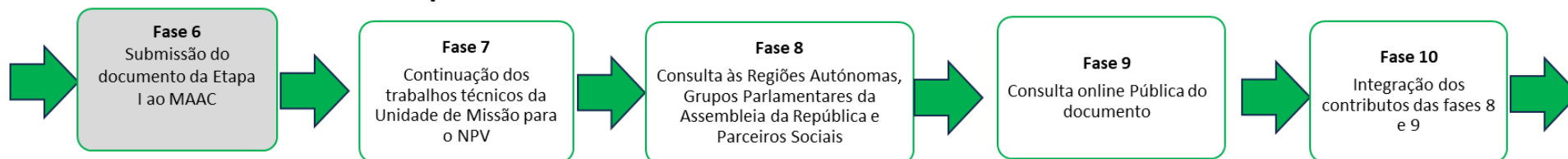
 [Relatório Sessão Participação\\_ CIM Alto Alentejo.pdf](#)

## Operacionalizado em 3 Etapas

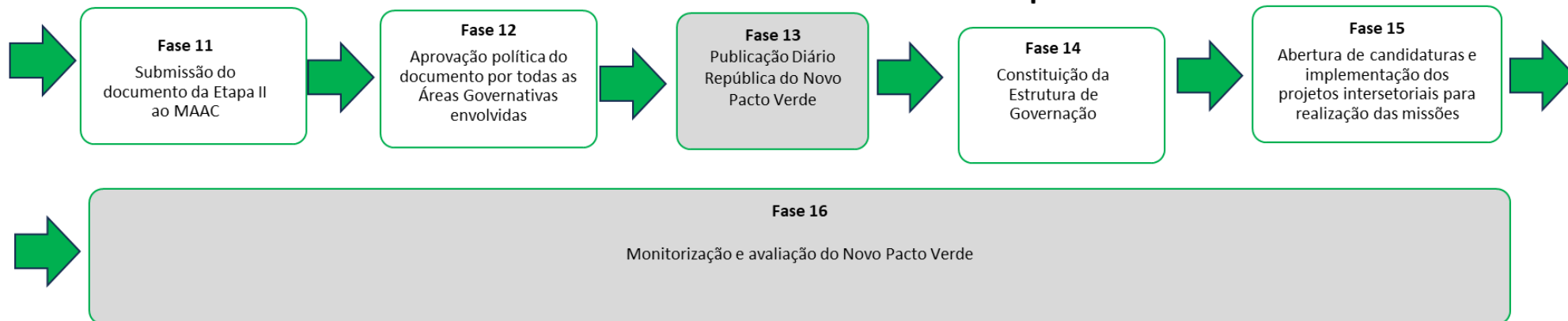
### Etapa I



### Etapa II



### Etapa III



Etapas e respetivas fases do processo de desenho e implementação do NPV.

## **Alicerçado numa visão partilhada de futuro ambiental para as gerações presentes e futuras**

O modelo de implementação do Novo Pacto Verde assenta no reconhecimento de que os impactos de qualquer medida ou investimento ambiental não são imediatos. Desta forma, e, para uma implementação bem-sucedida do Novo Pacto Verde junto da atual população e das gerações futuras, é fundamental o apoio societário e político alargados para a implementação estável e duradoura do Novo Pacto Verde. Para tal, o plano de implementação do Novo Pacto Verde prevê a realização de um conjunto de diligências de apresentação e de criação de compromisso político (Pacto Regime) junto de Regiões Autónomas, Grupos Parlamentares e Concertação Social.

## **Com um modelo sustentável de financiamento**

Cada uma das Missões apresentadas irá ser concretizada através de medidas que serão financiadas por diversas fontes de financiamento. As principais fontes de financiamento para as Missões são o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Portugal 2030 (PT2030), que concretiza o Acordo de Parceria Portugal 2030, o Fundo Ambiental, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), bem como as futuras linhas de financiamento atribuídas para o propósito do Novo Pacto Verde.

## **Com um modelo de governança ágil, eficaz, eficiente e transparente**

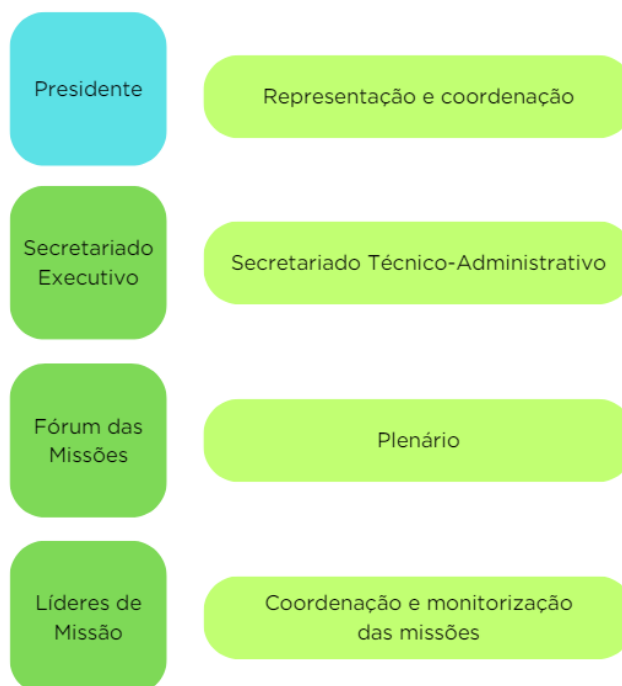
O modelo de governação do Novo Pacto Verde deve aproveitar, quando ajustado, as instituições existentes, nomeadamente, a Unidade de Missão para o Novo Pacto Verde que passará a Fórum das Missões, e remetendo competências de contratualização, certificação de contas, auditoria e controlo para outras entidades. Eis a representação do modelo de governança adotado:



## ORGANIGRAMA DO MODELO DE GOVERNANÇA DO NOVO PACTO VERDE



## DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA DO NOVO PACTO VERDE



## 2. AS 6 MISSÕES DO NOVO PACTO VERDE

O Novo Pacto Verde adota como infraestrutura teórica o modelo de eco-inovação baseado em missões (*mission oriented framework*). Este modelo inovador apresenta já provas dadas da sua implementação bem-sucedida no contexto da Comissão Europeia, OCDE e por países (e.g.: Reino Unido, Holanda) e cidades por todo o Mundo (e.g.: Barcelona, Estocolmo).

### O que são Missões?

Uma missão é composta pela identificação de um setor de intervenção prioritária e a correspondente definição de um objetivo de longo prazo com metas mensuráveis, ambiciosas e com prazo definido.

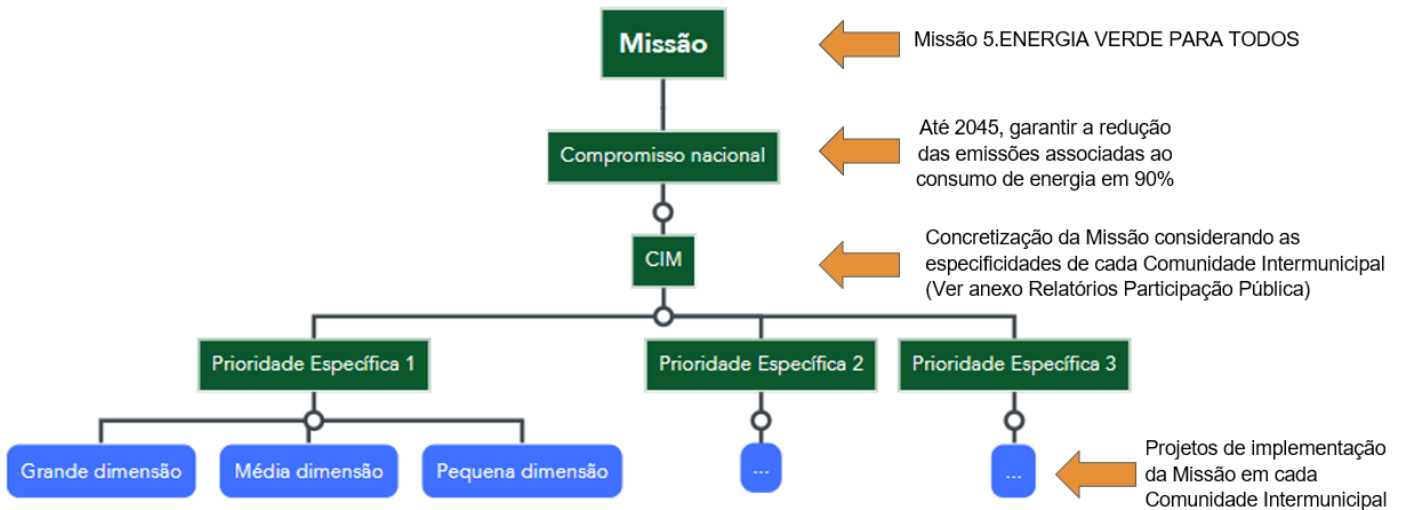
Cada missão visa enfrentar desafios complexos, como mudanças climáticas e desafios globais de saúde, adotando uma abordagem de modelação do mercado, orientada por propósitos e apostando na convergência de esforços e recursos entre atores (financeiros, conhecimento, infraestruturas). O setor público assume um papel ativo na convocação e coordenação de atores (públicos e privados) em torno de questões complexas e intersectoriais que não podem ser resolvidas apenas por atores individuais.

O Novo Pacto Verde apresenta:

### Uma estrutura organizada em missões de eco-inovação

Um dos exemplos mais conhecidos da estruturação de políticas públicas organizadas por missões é o programa espacial Apolo dos EUA na década de 60 do século XX, criado para colocar o Homem na Lua ainda no século XX. Constituindo na altura um objetivo aparentemente “impossível”, a prossecução desta missão implicou a criação de consórcios de inovação e a canalização de recursos (técnicos e financeiros) do setor privado e público para a criação de raiz da infraestrutura e tecnologia necessárias para a concretização desta missão. Deste processo resultaram inúmeras inovações disruptivas e patentes com grande impacto ainda nos dias de hoje.

Já no século XXI, e nesta senda, surge a política de investigação e inovação da União Europeia (*Horizon Europe*) com 5 missões. Na figura abaixo demonstra-se o modelo de eco-inovação baseado em missões do Novo Pacto Verde:



### 6 Missões com compromissos mensuráveis, ambiciosos e inspiradores

No seguimento dos trabalhos de preparação pela Unidade de Missão para o Novo Pacto Verde, e da validação pela Comunidade Científica nacional, foram identificadas 6 grandes áreas prioritárias para investimento ambiental:



#### MISSÃO 1: CIDADÃOS ATIVOS E CAPACITADOS PARA A TRANSIÇÃO VERDE E JUSTA

**Compromisso:** Em 2030, 70% da população-alvo, em particular 100% dos alunos, de todos os graus de ensino, incluindo os trabalhadores que estão em reconversão profissional, teve acesso a educação e formação (formal e informal), que promove uma cidadania mais ativa e estilos de vida mais sustentáveis em contacto com a natureza.

**Objetivos:** Uma sociedade ecológica e civicamente ativa e consciente, assente no cuidado com os outros e com a natureza e que coloca o bem comum no centro, construída de forma coletiva, justa, solidária, inclusiva e sustentável exige que as pessoas possuam os conhecimentos, as competências e as atitudes necessárias para se adaptar e fazer face a mudanças profundas. Os sistemas e instituições de educação e formação podem atuar como catalisadores e apoiar uma mudança para uma sociedade mais sustentável. Pelo bem comum entende-se a defesa da qualidade de vida humana e da biodiversidade num planeta saudável e regenerador. Esta Missão tem em consideração as exigências da sociedade de informação e da formação ao longo da vida e a promoção do exercício de boas práticas e a participação pública, individual e coletiva, nas questões do ambiente, desenvolvimento sustentável, economia circular e neutra em carbono.



## MISSÃO 2: QUALIDADE DE VIDA COM A NATUREZA

**Compromisso:** Até 2030, 30% do território português terrestre e marítimo é gerido de forma eficaz e eficiente, garantido a valorização do capital natural (nomeadamente através de serviços de ecossistema) e o restauro ecológico, assegurando a biodiversidade, a sustentabilidade ambiental, social e económica.

**Objetivos:** Em 2050 Portugal melhorou o estado de conservação da estrutura ecológica e o valor do capital natural face a 2030, tendo garantido a sustentabilidade ambiental, social e económica das áreas integradas na estrutura ecológica. A estrutura ecológica é gerida de forma eficaz e eficiente, garantido o restauro ecológico e a valorização do capital natural, assim como a conectividade entre as áreas nucleares para a biodiversidade.



### MISSÃO 3: PACTO PARA A ÁGUA

**Compromisso:** Até 2030, assegurar uma gestão sustentável da água, em termos quantitativos e qualitativos, para atingir os objetivos ambientais, acautelar os usos atuais e futuros em cenários de alterações climáticas, promovendo um uso eficiente, de forma a garantir um índice de escassez inferior a 30% a nível nacional.

**Objetivos:** Um pacto para a água pressupõe uma gestão eficiente e eficaz dos recursos hídricos, proporcionando água de boa qualidade para os diversos usos, de forma universal e em continuidade, em todas as regiões de Portugal.



### MISSÃO 4: MOBILIDADE COLETIVA, ATIVA E PARTILHADA, ACESSÍVEL A TODAS AS PESSOAS

**Compromisso:** Até 2030, de forma a diminuir os tempos de percurso e reduzir a utilização do transporte individual nas deslocações pendulares, garantir uma utilização de transporte público e mobilidade ativa em 55%.

**Objetivos:** Uma sociedade mais justa, inclusiva num território mais sustentável, seguro, proporcionada por uma alteração no modo de deslocação que induz um aumento do bem-estar social, a redução de emissões de GEE e a promoção da micromobilidade.



### MISSÃO 5: ENERGIA VERDE PARA TODOS

**Compromisso:** Até 2045, garantir a redução das emissões associadas ao consumo de energia em 90%.

**Objetivos:** Descarbonizar a economia garantindo uma transição justa, democrática e coesa, através da redução do consumo, do aumento da eficiência energética, da incorporação de energias renováveis, da segurança de abastecimento, soberania tecnológica e do combate à pobreza energética, de forma a contribuir para o aumento da competitividade da economia, a melhoria da saúde da população e para a poupança orçamental do Estado, das famílias e das empresas.



### MISSÃO 6: PESSOAS E TERRITÓRIOS SEGUROS E ADAPTADOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

**Compromisso:** Até 2030, garantir a abrangência pelo sistema nacional de prevenção e adaptação para riscos climáticos visando alcançar uma segurança climática crescente.

**Objetivos:** Um Sistema nacional de prevenção e adaptação para riscos climáticos integrado, baseado numa governança eficiente e eficaz, que assegura uma coordenação efetiva e abrangente.

### 3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS DA UNIDADE DE MISSÃO

- ✓ A Assembleia da República aprovou a criação da Unidade de Missão para a concretização de um Novo Pacto Verde — um *Green New Deal* — para Portugal, um plano de investimento ecologicamente responsável a médio-longo prazo, que deverá constituir um desígnio nacional.
- ✓ O Novo Pacto Verde deve ser um referencial dos investimentos a realizar em Portugal; entre 2030 e 2050 deve constituir a Estratégia Nacional para as Prioridades de Investimento, enfrentando a crise ecológica e climática.
- ✓ A Unidade de Missão tem a responsabilidade de criar e promover as sinergias entre as Missões e mobilizar os atores relevantes para a sua concretização.
- ✓ As Missões são claras, focadas e integradas, permitindo que sejam apropriadas pela sociedade e responsáveis políticos.
- ✓ A concretização das Missões deve garantir uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para melhorar a qualidade de vida em Portugal.
- ✓ O Novo Pacto Verde resulta de um trabalho rigoroso e fundado em dados concretos, realizado por uma equipa multidisciplinar com competência comprovada nas matérias.
- ✓ É um plano agregador de políticas ambientais, sociais e económicas implicando o trabalho interdisciplinar e em rede entre os diferentes Ministérios do Governo de Portugal; propõe-se um modelo de governança interdisciplinar.
- ✓ As mensagens, curtas, simples, inspiradoras e mobilizadoras, facilitam a compreensão pelos destinatários, criando um sentido de compromisso e desígnio nacional.
- ✓ Uma mais valia é a convergência de diferentes atores/interesses e a desagregação de prioridades e necessidades específicas de investimento considerando cada Comunidade Intermunicipal.
- ✓ A implementação dos investimentos ambientais só terá sucesso se o ordenamento jurídico e as práticas das diversas entidades estiverem alinhadas com as Missões.
- ✓ O Novo Pacto Verde facilitará a implementação integrada e sistémica das políticas ambientais e de ação climática em vigor.